

JESUÍTAS NO PIAUÍ: NEGÓCIOS E EDUCAÇÃO

MENDES, F. I. V.¹
LACERDA, J. D. de²
AGUIAR, R. C. e S.³
SOUSA FILHO, V. G.⁴

RESUMO

O Artigo relata a trajetória dos Padres da Companhia de Jesus no Piauí, onde se instalaram tardiamente (1711), quando tiveram de assumir as fazendas e sítios deixados em herança por Domingos Afonso Mafrense. A administração das Fazendas impedia que, na capitania do Piauí, os Jesuítas promovessem o mesmo trabalho educativo que os notabilizou no restante da colônia Portuguesa na América. A obra educativa dos Jesuítas no Piauí resumiu-se ao aldeamento dos índios Tremembés na região do Delta do Rio Parnaíba e a Construção do "Seminário do Rio Parnaíba" na Vila de Oeiras que, em função da dispersão demográfica, desinteresses com a educação de uma sociedade composta de agricultores, fazendeiros e vaqueiros não resistiu mais que uma década. A expulsão dos Jesuítas em 1759 afastou qualquer possibilidade de retomada do processo educacional na Capitania e as "Aulas Régias" implantadas para substituir o trabalho dos inacianos resultaram num grande fracasso.

Palavras-chave: Jesuítas. Piauí. Educação. Negócios.

ABSTRACT

The article tells the story of the Jesuits Priests in Piauí, where they arrived and made a latecoming settlement in 1711, and took over the farms they inherited from Domingos Afonso Mafrense. Managing the farms prevented them of achieving the same educational work for which they became famous in the remainder parts of the Portuguese colony in America. The educational work of the Jesuits was mainly reduced to the formation of Tremembés Indians' villages in the region of Parnaíba's River Delta and the construction of the "Seminary of Parnaíba's River" in the small town of Oeiras. Due to the demographic dispersion, little interest in education from farmers and cowboys the seminary lasted less than a decade. The expulsion of the Jesuits in 1759, swerved any possibility of reinitiating of the educational process in Piauí while the "Aulas Régias" implemented to replace the work of the Jesuits resulted into a great failure.

Keywords: Jesuits. Piauí. Education. Business

¹ Prof. M.Sc. Francisco Iweltman Vasconcelos Mendes

² José Djalma de Lacerda

³ Rossana Carvalho e Silva Aguiar

⁴ Vicente Gregório de Sousa Filho

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Jesuítas

Ordem de clérigos regulares foi fundada em 1534 na cidade de Paris por Inácio Loyola, um basco a serviço do vice-rei de Navarra. Ferido em uma batalha, durante sua convalescença a leitura de livros religiosos e a meditação levaram-no a se considerar “um cavaleiro a serviço de Jesus”.

Aprovada pelo papa Paulo III, em 1540, a regra da Ordem jamais se modificou. Sua organização, inspirada na formação militar do fundador, é comandada por um Geral eleito pela Ordem em caráter vitalício. Sua estrutura compreende províncias e casas; seus integrantes proferem os votos usuais de castidade e pobreza aos quais acrescentam os votos de obediência ao papa e ao seu superior geral.

A Companhia de Jesus, também chamada Sociedade de Jesus, tem por divisa “Para maior glória de Deus” (*Ad majorem Dei gloriam*) e por guia os *exercícios espirituais* redigidos pelo próprio Loyola. Grandes missionários, os jesuítas espalharam-se pelo mundo, fazendo sentir sua presença no Oriente e na América, atuando como confessores de vários monarcas e alcançando grande renome como educadores. Sua atuação foi significativa no Brasil, principalmente no período colonial, ocasião em que fundaram numerosas escolas e missões com participação decisiva na catequese dos índios. A política do marquês de Pombal, ministro português, significou para os jesuítas a expulsão do Brasil em 1759, tendo retornado em 1841.

Os jesuítas, longe de viver em mosteiros, estiveram sempre em contato com o mundo, permanentemente disponíveis para a evangelização e para o trabalho missionário. Sua regra por excelência é a “cega obediência”. De modo geral, mais instruídos que os demais clérigos dos séculos XVI e XVII, teólogos notáveis, eles desempenharam um expressivo papel no combate ao protestantismo e na repressão às heresias.

Jesuítas no Brasil

Os jesuítas tiveram papel relevante no processo de colonização do Brasil, especialmente na catequese e na educação e na instrução dos colonos. Os colégios

jesuítas, erguidos em vários pontos da América Portuguesa, formavam indivíduos para ingressar na carreira religiosa e tiveram papel de destaque no ensino dos filhos dos colonos, ministrando-lhes os primeiros ensinamentos, ou mesmo dando a educação necessária aos que não tinham condições de estudar na Metrópole.

Os colégios foram ainda decisivos para a ocupação das terras brasileiras, servindo também como defesa do território. A educação jesuítica era considerada muito rigorosa e, durante a colonização, os inacianos detinham grande poder, na medida em que monopolizavam a instrução. Extremamente cultos, chegaram a produzir obras importantíssimas, dentre as quais se destaca o dicionário da língua tupi-guarani, que facilitou a catequese dos indígenas.

Após a Restauração da monarquia portuguesa, o poder dos jesuítas aumentou de maneira expressiva nos domínios ultramarinos, pois entre 1640 e 1668 as dioceses de Angola, Congo, Cabo Verde, São Tomé, Cochim, Goa, Macau, Malaca, Meliapor e Bahia ficaram sem bispos, já que Roma só reconheceu a Dinastia de Bragança após a assinatura do Tratado de Paz entre Portugal e Espanha. Entretanto, devido a vários problemas em Portugal e também pelo grande poder econômico e político que adquiriram na Colônia, os inacianos foram expulsos pelo marquês de Pombal, em 1759.

A extração das drogas do sertão, como o anil e o guaraná, na Amazônia, gerava grandes lucros para os jesuítas, que as comercializavam na Europa. Para isso, utilizavam a mão-de-obra indígena, embora defendessem os índios contra a busca desenfreada promovida pelos colonos, que necessitavam da força de trabalho dos silvícolas.

Os Sermões, do jesuíta Antônio Vieira (1608-1697), ficaram famosos por defenderem a liberdade dos índios, mas essa liberdade deve ser vista no quadro mais amplo da colonização. O indígena livre era aquele que conseguira salvar sua alma, ou seja, o índio cristão convertido à religião católica. Para Vieira, a colonização estava inserida numa ordem global emanada de Deus, no intuito de permitir a evangelização do mundo inteiro.

Assim, as religiões dos índios e dos escravos africanos ou crioulos eram consideradas aberrações satânicas, que deveriam ser extirpadas pelos missionários, os quais, com zelo e coragem, convenceriam os indígenas a deixarem a religião *errada* e seguirem a *verdadeira* fé: a católica. Nesse contexto, a escravidão era

tolerada em nome de uma causa muito maior: a divulgação da fé católica no Novo Mundo.

Os inacianos, investidos do poder intelectual na Colônia e incumbidos da evangelização do gentio da terra, foram, de fato, grandes senhores de escravos, aí incluídos os indígenas. Seu discurso, quando confrontado com a prática, mostra a sua incoerência, pois ora se posicionavam contra a escravidão e ora a admitiam na guerra santa.

Jesuítas no Piauí

Torna-se praticamente impossível dissociar o trabalho educacional produzido no Brasil Colonial (1500-1822) da ação neste setor, desenvolvida pelos padres da Companhia de Jesus. Desde 1549 instalados no Brasil, trabalhavam de acordo com um dos principais documentos da Companhia, o *Ratio Studiorum*, concebido para proporcionar uma formação uniforme a todos os que frequentassem os colégios da Ordem Jesuítica em qualquer lugar do mundo.

No entanto, a realidade e as peculiaridades encontradas pelos jesuítas na colônia portuguesa da América foram tão diversas que a Constituição norteadora da educação inaciana sofreu profundas adaptações em sua concepção original, incorporando além das classes de ler, escrever, contar, ensino do canto, da música instrumental, também o uso da gramática indígena, tradução de orações para a língua tupi, uso de figuras e danças do folclore indígena para o teatro catequético e o estudo de técnicas e práticas agrícolas.

O *Ratio Studiorum* apresentava, também, uma grande preocupação com a formação dos futuros mestres que iriam compor as instituições a ele subordinadas. Portanto, a criação de seminários pedagógicos ou academias era de suma importância para a formação de bons professores. Nesses seminários, os futuros mestres deveriam aprimorar seus conhecimentos, mantendo o mínimo de contato com os alunos externos que não seguiriam a carreira eclesiástica. (BORTOLOTTI, 2007, p. 3).

No Piauí, onde se instalaram em 1711, o trabalho desenvolvido pelos Jesuítas limitou-se à catequese de filhos de colonos e de índios aldeados, bem como da administração das fazendas de gado deixadas como herança por um dos principais desbravadores e um dos primeiros colonizadores da capitania: Domingos

Afonso Mafrense. Em seu testamento, feito na cidade da Bahia, em 12 de maio do mesmo ano de 1711, legou ele aos padres jesuítas do colégio da mesma cidade a administração das suas fazendas de gado existentes no Piauí, e mais outros bens que possuía, com a condição de não serem alienadas as mesmas fazendas, que, constituindo uma capela ou morgado, aplicava a sua renda para a dotação de donzelas, vestimenta de viúvas e órfãos, e esmolas aos pobres; e do que sobrasse, para a situação de novas fazendas, sem a menor dúvida para o mesmo fim.

Os jesuítas entraram logo, no mesmo ano, na posse das fazendas legadas, sendo seu primeiro administrador o padre Manuel da Costa, nomeado em 20 de agosto pelo reitor do colégio Bahia, o padre João Antônio Andreoni, primeiro testamenteiro de Mafrense. (COSTA, 1981, p. 74-75).

No entanto, mesmo antes da fixação dos padres da Companhia de Jesus no Piauí (1711), o trânsito de Jesuítas pelas terras que no futuro se constituiriam na Capitania de São José do Piauí foi marcante. Na parte norte destas terras era intenso o tráfego dos inacianos que vagavam entre o Colégio do Maranhão e as missões na Serra da Ibiapaba, como comprova o episódio ocorrido em 1607, quando o padre Luis Figueira, fugindo de novos ataques indígenas nos contrafortes da Ibiapaba, atravessa com alguns de seus comandados, o Rio Parnaíba, para refugiar-se no Maranhão, deixando para trás o corpo de seu companheiro de expedição, Pe. Francisco Pinto, trucidado pelos índios tacarijus no Planalto Ibiapabano.

Muitos foram os jesuítas que fizeram esse percurso entre as missões maranhenses e a serra da Ibiapaba, utilizando as terras do norte do Piauí: Pedro Pedroso, Antônio Ribeiro, Antônio Vieira, célebre autor de “Sermões”, Gonçalo Veras, Pierre Gonçalvi e Ascêncio Gago.

Em função desse “corredor” de passagem em que se transformaram as terras piauienses, a região do delta do rio Parnaíba, povoada pelos índios Tremembés, foi alvo de uma intensa ação dos jesuítas. Em 1704, encontramos registros do Pe. Miguel de Carvalho viajando para Lisboa para tratar dos interesses dos indígenas aldeados no delta do Parnaíba (MENDES, 1996, p.17). Na parte sul, é possível assegurar que índios do Piauí tenham seguido os Jesuítas, que os alfabetizaram na Bahia ou Pernambuco antes da chegada de Domingos Afonso Mafrense e da família Dias D’Ávila, primeiros colonizadores (CARVALHO, 1983, p. 8).

Em terras piauienses, após a instalação oficial (1711), os jesuítas dividiram-se em dois grupos distintos, um ligado à administração das fazendas de gado e outro aos aldeamentos no delta do Parnaíba.

“[...] A administração das fazendas absorve a atenção dos padres de tal modo que não lhes deixa espaço às atividades culturais e educacionais nas quais foram atuantes em outras regiões da Colônia [...]” (BRITO, 1996, p.13).

Em 1723, na Ilha do Caju, na região deltaica, o Pe. João Tavares chefiava uma missão junto aos Tremembés. A cumplicidade entre jesuítas e Coroa Portuguesa no projeto colonizador leva o Governador e Capitão-General, João da Maia Gama, a conceder sesmarias aos Tremembés sob supervisão dos jesuítas de quatro léguas de terras na região do delta (21 de junho de 1724); de uma légua e meia na ilha Paramirim ou Cajuais na mesma região (21 de abril de 1727), bem como a expedições de Provisões Régias em defesa das aldeias e da posse das terras pelos Tremembés estabelecidos no Delta (25 de janeiro de 1728/29 de novembro de 1731 e 21 de agosto de 1741).

As doações de terras e a intensa correspondência entre os jesuítas e o Conselho Ultramarino revelam a forte influência dos jesuítas na defesa dos índios e de suas aldeias missionárias, justificando, também, o projeto colonizador da Metrópole.

O prestígio dos administradores jesuítas, das missões Tremembés no delta do rio Parnaíba, junto à Coroa Portuguesa demonstrava ser grande, pois a farta expedição de Provisões do Conselho Ultramarino e do próprio Rei em atendimento aos reclames dos jesuítas e em defesa dos índios é uma constante.

As funções do Conselho Ultramarino não se limitavam a uma simples direção geral. Entrava no conhecimento de todos os assuntos coloniais, por menos importante que fossem, cabia-lhe resolve-los não só em segunda instância, mas quase sempre diretamente. Os delegados régios, por mais elevada que fosse sua categoria, não davam um passo sem sua ordem ou consentimento expresso. A extensa e pormenorizada correspondência dos governadores, as minuciosas ordens e cartas régias que de lá se expediam mostram a que particulares e detalhes, mínimos dependiam as providências diretas da metrópole. (PRADO JÚNIOR, 1996, p.304).

No entanto, a grande quantidade de terras concedidas aos indígenas, mas que ficava sob a administração dos jesuítas, despertava a cobiça de aventureiros como os irmãos Lopes, João, José e Manoel, que invadiram as terras dos

Tremembés (1730) introduzindo gado e instalando currais. O que levou, após apelo dos jesuítas, à expedição da Provisão Régia de 29 de novembro de 1731, do Conselho Ultramarino ao governador do Maranhão, ordenando garantir a posse dos índios Tremembés na Ilha dos Cajueiros e a expulsão dos irmãos Lopes.

Vários fatores foram determinantes para um acelerado processo de extermínio dos indígenas da região norte do Piauí, entre eles podemos citar: a Proclamação de 6 de junho de 1755, de D. José I, Rei de Portugal, emancipando todos os índios do Piauí, Maranhão e Pará, declarando-os livres, o que os desobrigava da servidão e dos aldeamentos e a expulsão dos padres jesuítas, que, apesar de fazer uso do trabalho indígena, de alguma forma, proporcionavam aos silvícolas proteção em suas missões. Os indígenas agora ficavam à mercê da ação dos aventureiros, caçadores de índios e o bandeirantismo de contrato. “[...] É bem perecível o caráter destes povos.” (DURÃO, 1722, p.32).

Uma vez instalados nas terras piauienses por interesses pecuniários, ou seja, a administração das “39 fazendas, 50 sítios, 489 escravos, 1.010 cavalos, 1.860 bestas e 50.670 cabeças de gado vacuum distribuídos em 1.206.612 hectares” (COSTA, 1981, p. 138), deixadas de herança por Domingos Afonso Mafrense, os Jesuítas encontraram na distância dos núcleos populacionais, na pobreza do meio, nas precárias condições de comunicação e acesso e na baixa densidade demográfica, argumentos pela não implantação de seminários e colégios, bem como o pouquíssimo interesse que a população de vaqueiros e pequenos agricultores demonstrava pelo ensino das primeiras letras. “[...] A população desta capitania é tão diminuta, que me parece impossível de se observar a sobredita real ordem na parte que respeita à indicada separação de classes [...]” (CALDAS apud COSTA, 1981, p.167).

Tudo concorria para justificar a não aplicação dos rendimentos obtidos com a administração das fazendas pela Companhia de Jesus na educação do Piauí. Os recursos seguiam para o sustento de Seminários e Colégios em outras regiões do país, notadamente o Colégio da Bahia e o Noviciato de Jiquitaia. (FERRO, 1995, p.54).

Vale lembrar que, mesmo tardia, a fixação dos Jesuítas em terras piauienses ocorre em momento extremamente conturbado, em função de lutas pela posse das terras que envolvia índios, sesmeiros, aventureiros, bandeirantes e colonizadores e de lutas pela dominação do elemento indígena e a natural reação indígena ante ao

massacre e o extermínio de seu povo. “Os colonizadores povoaram o Piauí de gado e o despovoou de gente.” (CARVALHO, 1983, p. 6).

Na parte norte da capitania, bem como no restante do Piauí, com exceção da Vila da Mocha, a presença dos Jesuítas não resultou na edificação de Colégios. Nestas regiões, o trabalho educativo dos padres resumia-se a aulas de catequese, como forma de aliciamento de índios adultos e curumins, no sentido de facilitar a colonização nos aldeamentos no delta do Rio Parnaíba. Já na Vila da Mocha, o trabalho jesuítico consistia em aulas para filhos de fazendeiros e colonos na preparação de uma elite para ocupação de funções públicas.

O Seminário do Rio Parnaíba

Em 1730, o Padre Tomé de Carvalho oferece a base econômica necessária para a implantação de um seminário: uma fazenda de gado avaliada em doze mil cruzados, cujos rendimentos seriam revertidos para manutenção de um educandário em que condução deveria ser confiada aos jesuítas.

[...] Assim que ponho na presença de Vossa Majestade ser muito preciso que neste sertão haja quem doutrine os filhos destes habitadores, e que haja missionários de vida exemplar, que doutrinem aos inumeráveis índios e pretos, que nele há, para que ouçam missa, e se saibam confessar, e vivam como bons católicos, e não pior que brutos fazendo mortes continuamente com armas de fogo. E como o dito vigário se obriga a dar para a ajuda do colégio uma fazenda de gado que bem valha 12.000 cruzados, entendendo que a imitação do dito vigário haverá muitos que concorram com esmolas; e só muito acho ser preciso para estas terras que os padres, que os prelados houverem de mandar sejam de exemplar vida, e que se reforme de três em três anos, e que dois andem pregando pelo sertão, e os outros dois fiquem ensinando, e que os que ensinarem em um ano saiam no segundo a pregar e confessar, e se recolham os do ano pretérito a ensinar, e que em nenhum tempo se possa aumentar o número de padres mais que tão somente quatro de missa, e um leigo para deles tratar, me parece que havendo padres que por serviço de Deus e de Vossa Majestade queiram aceitar a fundação do dito colégio, será uma obra muito útil para estas terras, e para o bem das almas, pelo que dou esta conta a Vossa Majestade para que à vista da súplica do dito vigário se digne deferir-lhe como for servido. Mocha do Piauí, 14 de agosto de 1730. – Dr. Ouvidor-geral do Piauí, José de Barros Coelho. (COSTA, 1981, p. 104).

Nesse mesmo ano (1730), a Freguesia do Piauí foi desmembrada do bispado de Pernambuco e anexada ao do Maranhão, facilitando as comunicações e a tomada de decisões de cunho eclesiástico. Como consequência, houve, em 1739,

a criação do Seminário do Rio Parnaíba tendo à frente o Padre Francisco Ribeiro, liderando um grupo de jesuítas do Colégio do Maranhão.

O Seminário do Rio Parnaíba, erigido sob invocação de Santa Úrsula, fazia parte de um amplo plano da Companhia de Jesus de criação de seminários por toda a América portuguesa cuja missão régia foi entregue ao Padre Malagrida¹, oficialmente por Alvará de 02 de março de 1751, que aliava interesses políticos da Coroa Portuguesa e interesses missionários da Companhia. O padre Malagrida empreendeu missões no Brasil por um longo período, 1722 a 1755, deixando marcas de seu trabalho educacional e religioso: “Apostólico varão, grande no zelo e salvação de almas, como publicam os sertões do Piauí, Pernambuco e Bahia, que viram e admiraram suas virtudes e prodigiosas missões, em que converteu a Deus e a melhor vida inumeráveis almas.” (MORAIS apud COSTA, 1981, p.119).

Localizado na região da Simbaíba, Vila da Mocha, o Seminário do Rio Parnaíba foi, por quase vinte anos, a única referência educacional secundária da Companhia de Jesus no Piauí. As dificuldades de pacificação do elemento indígena, perturbações políticas locais somadas às precariedades estruturais dificultavam a permanência do Seminário na Vila da Mocha, no Piauí, levando os superiores⁵ da Ordem dos Jesuítas a compreenderem que era mais prudente e perfeitamente exequível a transferência do Seminário para a região de Aldeias Altas (hoje Caxias) na capitania do Maranhão, próximo ao Rio Itapecuru de fácil acesso e àquela época uma região já pacificada.

Não tardaram a surgir perturbações locais, que impediram a permanência do Seminário no distrito da Mocha. Apesar dos gastos já feitos [...] e reduzido sobretudo pela atividade catequética dos padres[...]. O seminário do Rio Parnaíba, primeiro estabelecimento de ensino secundário, gramática e humanidades, cerrou o ciclo das manifestações da Companhia de Jesus no Piauí, que foi, em suma, de ensino, exploração da margem de Parnaíba, missões, catequese e administração. (NUNES apud COSTA, 1981, p. 120.)

O fechamento do Seminário da Vila da Mocha provoca às famílias de melhores posses a necessidade de enviar seus filhos para estudos em Aldeias Altas ou em outros centros nas capitanias de Pernambuco ou Bahia. As outras crianças e jovens de menores posses daquela região tiveram de aguardar a expedição do Alvará Régio, de 03 de maio de 1757, criando duas escolas: uma para meninos, na

qual deviam aprender a Doutrina cristã, ler, escrever e contar; e uma para meninas, onde deveriam aprender, além da Doutrina cristã, ler, escrever, contar, cozer, fiar e fazer rendas.

A posse do primeiro governador da Capitania, João Pereira Caldas, em 20 de setembro de 1759, ocorreu em meio à crise da Coroa Portuguesa com a Companhia de Jesus. Seu primeiro ato como governador foi determinar o sequestro dos bens e a prisão dos padres jesuítas, em obediência aos alvarás de 19 de janeiro e 03 de fevereiro daquele ano. Em 10 de março de 1760, os padres jesuítas do Piauí foram presos e remetidos para a Bahia e São Luis no Maranhão e declarados banidos e proscritos como rebeldes, traidores, adversários e agressores do Rei.

A campanha arquitetada contra os jesuítas pelo Marquês de Pombal, Ministro do Rei D. José I^o, em Portugal, encontrou em João Pereira Caldas, primeiro governador da Capitania do Piauí, um fiel defensor que, certamente, não gostaria de ver seu poder de administrador rivalizando-se com o dos administradores jesuítas, como fica patente nessa proclamação do governador em 1759:

Os jesuítas, tanto mais detestáveis, quando obravam toda a sorte de arbítrios sob a capa da religião, de posse de uma grande fortuna, e por isso poderosos na capitania, gozando de grandes privilégios, que os reis imprudentemente lhes haviam concedido, eram os verdadeiros senhores da situação, eram a verdadeira justiça, decidiam de todos os pleitos, intervinham em todos os negócios, punham em antagonismo o povo com a autoridade, e indispunham os índios, sobre quem tinha muito poder e mando, contra os povoadores. (CALDAS apud COSTA, 1981, p. 131).

A expulsão dos jesuítas do território brasileiro colocava para a Coroa Portuguesa o desafio de bancar o sistema educacional com a introdução de aulas régias, que incluíam gramática latina, grega e retórica. “[...] Leigos começam a ser introduzidos no ensino e o Estado assumiu, pela primeira vez, os encargos da educação [...]” (ROMANELLI, 1997, p. 36).

Coube, então, ao governador João Pereira Caldas, o desafio de colocar em funcionamento e manter as duas primeiras escolas criadas na capitania, pelo Alvará de 03 de maio de 1757, na Vila da Mocha (Oeiras), uma para meninos e outra para meninas.

Do Seminário do Rio Parnaíba, um século depois (1838), o inglês George Gardner registrou em sua obra “Viagens pelo interior do Brasil” sua passagem por

Oeiras (antiga Vila da Mocha) “Na extremidade norte da cidade há um grande e belo edifício, ora decadente, que foi o colégio dos jesuítas antes da expulsão do Brasil.”

A Manutenção da Educação Jesuítica

Através do padroado, tratado entre a Igreja Católica e o Reino de Portugal, o papado delegava aos reis a organização e administração da igreja em seus domínios, que incluía: zelar pelas leis da igreja; enviar missionários e evangelizadores para as novas terras descobertas; construir, manter e restaurar os edifícios das igrejas e remunerar o clero. Em contrapartida, os reis tinham o direito à cobrança do dízimo que passaria a ser administrado pela coroa e a indicação de bispos e padres para postos eclesiásticos com a anuência da Santa Sé.

A presença de jesuítas na colônia portuguesa da América fazia parte desse grande projeto que unia igreja/estado. Os jesuítas recebiam recursos provenientes da arrecadação do dízimo por parte do Estado Português para a implantação de missões, casas, seminários, colégios e outras obras de evangelização dos inacianos. Na prática, apenas as subversões do estado português não garantiam o sustento dos mestres nem conseguiam assegurar a manutenção das missões ou centros de ensino, sendo necessárias doações de pais de alunos e do povo em geral.

Assim, em algumas regiões do Brasil, foi possível aos jesuítas criarem uma sólida base econômica para seu sustento, formando um patrimônio que incluía fazendas, engenhos e currais. Com isso, os jesuítas no Brasil, contrariaram, a princípio, ao criarem um aparato financeiro, as Normas Gerais da Ordem, que permitia apenas a posse de terras para a construção de casas, seminários e colégios.

Em função dessa estreita ligação Estado/Igreja, a Coroa Portuguesa, entre os anos de 1549 a 1759, transferiu à Companhia de Jesus a exclusividade do exercício do ensino público (no sentido de aberto a todos) em sua colônia na América.

Na capitania do Piauí, como no restante das terras brasileiras, o ensino jesuítico era gratuito e aberto a todas as classes sociais, mas a manutenção desse empreendimento educacional e evangelizador, em função de que nem sempre a Fazenda Régia repassava o que cabia à Ordem ou procedia ao pagamento em

espécie (produtos), os padres eram obrigados a vender para conseguirem o suficiente à manutenção dos trabalhos, obrigando-os, diante das circunstâncias, a se enquadrarem no sistema comercial vigente na colônia. Assim era comum assinalar terras doadas em regime de sesmarias aos jesuítas que as cultivavam ou as arrendavam para particulares utilizando o dinheiro do arrendamento e da produção na construção e manutenção de suas casas, missões e colégios.

Em função desse enquadramento às estruturas econômicas, muitos jesuítas foram repreendidos por seus superiores. Repreensões que não surtiram muito efeito, pois não havia outra forma de sobreviver e realizar suas missões educativas e apostólicas. Ocorria que, muitas vezes, o dinheiro enviado pela Coroa ou a redízima³ implantada a partir de 1564 não chegavam até à Ordem, porque muitos funcionários públicos não concordavam com esse repasse e até cobravam impostos dos padres dos quais estes eram legalmente isentos.

A ação dos jesuítas, em toda colônia, poderia ter sido bem mais profícua se as dificuldades financeiras não houvessem atrasado alguns passos do trabalho dos missionários. A Companhia só iniciava uma nova missão, casa, seminário ou colégio, quando houvesse dotação ou patrimônio que assegurasse os meios necessários para o seu financiamento, sem contar que para atender às suas necessidades, os jesuítas tinham sempre em seus quadros uma variada quantidade de profissionais que facilitavam a sobrevivência dos clérigos e o progresso da própria Ordem. Entre os jesuítas era possível encontrar: mestre de obras; arquitetos; engenheiros; pedreiros; entalhadores; oleiros; ferreiros; ourives; marceneiros; além de grandes escritores; músicos; pintores; escultores etc.

Assim, devido à escassez de recursos e visando a uma maior autonomia financeira em relação ao monarca português, os jesuítas da missão brasileira conseguiram junto ao Padre Geral e ao Rei de Portugal exceção para adquirirem o que pretendiam para o sustento de suas casas, missões e colégios. Na prática, o patrimônio da Companhia foi se formando com a aquisição ou doação de fazendas, escravos, casas, joias, gados, pequenas propriedades ou a concessão do próprio Estado Português em terras e privilégios comerciais. Tudo isso somado às atividades da pecuária e à exploração da mão-de-obra indígena levaram a Ordem a obter um grande e considerável patrimônio econômico, despertando a cobiça e a ira, em uma época em que a terra significava o poder de fato e de direito. Com isso, os jesuítas passaram a ser vigiados por um forte aparato burocrático para não permitir

que missões mais distantes pudessem fugir da esfera de influência da Coroa e seus bens fossem mantidos sempre atualizados e regulados.

O temor dos altos escalões do Estado Português era contra o crescimento patrimonial e a crescente autonomia da Ordem. Na verdade, o padre jesuíta em si não dispunha de nenhum bem. Todos os bens pertenciam às casas, aos seminários e aos colégios que os possuíam coletivamente para o sustento dos alunos, padres e irmãos e como forma de garantir a gratuidade do ensino. Mas não era assim que pensavam algumas autoridades portuguesas: “Senhores, e não administradores da grande fortuna de Domingos Afonso, de que estavam de posse desde 1711, ninguém ousava contrariá-los.” (CALDAS apud COSTA, 1981, p. 131).

Desta forma, os jesuítas formavam um corpo facilmente visto como ameaça para o sistema absolutista vigente, que ambicionava controlar todos os aspectos da vida econômica e social, incluindo uma igreja mais submetida ao estado. Este viés ideológico, somado ao desejo de se lançar mão sobre o considerável patrimônio de posse dos jesuítas, representa as condições para o desencadeamento de toda a sorte de perseguições.

João Pereira Caldas, logo que tomou conta do governo na capitania, tratou de apressar a conclusão do seqüestro dos bens dos jesuítas, fazendo ao mesmo tempo efetiva a prisão e expulsão dos mesmos jesuítas para fora do Piauí; e tomou conta dos bens que a eles pertenciam, e que passaram para o domínio da coroa, nomeando administradores idôneos para tomar conta dos mesmos bens. (COSTA, 1981, p. 133).

CONCLUSÃO

As imensas dificuldades encontradas no âmbito da pesquisa pela limitação de fontes ao nosso dispor nos fizeram encarar o tema como verdadeiro desafio. Estamos certos de que a abordagem sobre “Jesuítas no Piauí: negócios e educação” está a exigir dos intelectuais, historiadores e educadores estudos para um constante aprofundamento. Pretendemos apenas levantar a ponta do véu que infelizmente encobre relevantes aspectos da história da educação no Piauí.

Após refletir sobre os assuntos nesse artigo abordados, vale tecer algumas considerações à guisa de conclusão sobre a trajetória dos Jesuítas no Piauí. A Capitania do Piauí, ao contrário de muitas outras onde ocorreu a ação missionária dos padres Jesuítas, não herdou uma só escola, apesar de os padres da Companhia

de Jesus terem constituído, numa capitania de limitados recursos, uma verdadeira fortuna, considerando a época e o lugar. A omissão dos padres encontra na baixa densidade demográfica e no desinteresse pela educação de uma sociedade de vaqueiros, argumentos pela não existência de um só educandário jesuíta.

Esse artigo se propõe a ser mais uma contribuição aos nossos estudiosos e um alento a que mais e mais a história do Piauí seja um relato fiel da caminhada de sua gente na luta incansável pela construção de seu destino.

Notas:

1. Pe. Malagrida, Jesuíta italiano, nascido na vila de Managgio, a 18 de Setembro de 1689 e falecido em Lisboa, a 21 de setembro 1761 garrotado e queimado na fogueira.
2. Dom José I foi ferido com dois tiros, noite de 3-11-1758. Vinha o rei de uma visita á marquesa de Távora, sua amante. O marquês de Pombal incriminou o duque de Aveiro, os dois marqueses de Távora e respectivas esposas, o conde de Atouguia e dom José Maria Távora. A velha marquesa Leonor foi discípula do jesuíta padre Malagrida, inimigo de Pombal e nos seus salões se concentrava a nobreza descontente com a política pombalina. A amante do rei era casada com um filho dos Távoras. Pombal conseguiu inculpar essas personalidades, de forma pouco regular. Os depoimentos acusaram também a Companhia de Jesus. Criou-se um tribunal para julgá-los. Foram condenados à morte e executados. A história registra o fato como o processo dos Távoras.
3. Redízima, rendimentos que na capitania cabiam ao donatário.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1974.

BASTO, Cláudio de Albuquerque. **Dicionário histórico e Geográfico do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Mons.Chaves, 1994.

BORTOLOTTI, Karen Fernanda da Silva. **O Ratio Studiorum e a Missão no Brasil**. Franca-SP: UNESP, 2007.

BRITO, Itamar de Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDIUFPI, 1996.

CARVALHO, Maria da Salete Brito de. **Da Serra da Ibiapaba ao Campus da Ininga (373 anos de pedagogia no Piauí)**. [mimeo], 1983.

COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia Histórica do Piauí**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1981.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí Republicano**. Dissertação de Mestrado. Teresina, 1994.

MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. **A Parnaíba Colonial e Imperial (1500 a 1889)**. Teresina, 1996.

ROMANELLI, Otaísa de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1937)**. Petrópolis: Vozes, 1997.